

LETRAMENTO NA PERSPECTIVA DA TECNOLOGIA SOCIAL E ASSISTIVA PARA CRIANÇAS AUTISTAS

Paola Roberta Cantalejo Andrade

*Estudante de mestrado do Programa de Educação Cultura e
Comunicação, da Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense*

profepaolaroberta@gmail.com

Gisele Gisele Lopes Guerra Gaspar

*Estudante de doutorado do Programa de Educação Cultura e
Comunicação, da Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense*

giza.guerra@gmail.com

Beatriz Estevan Pereira

*Estudante de mestrado do Programa de Educação Cultura e
Comunicação, da Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense*

beatriz.estevanpereira@gmail.com

Ediclea Mascarenhas Fernandes

*Professora do Programa de Educação, Cultura e Comunicação /
FEBF / UERJ e do Programa de Mestrado e Doutorado em
Ciências, Tecnologia e Inclusão da UFF*

professoraediclea.uerj@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho apresenta a breve fundamentação teórica de uma pesquisa em desenvolvimento que estuda o letramento como uma ferramenta de inclusão, equidade e protagonismo infantil, podendo assumir o papel de tecnologia social assistiva no processo de ensino e aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando os desafios comunicacionais enfrentados por esse público. Ao longo do texto, o letramento vivenciado no fazeres e descobertas da educação infantil pela criança autista e seus pares, revela-se uma estratégia promissora e transformadora na promoção da comunicação, da autonomia e da inclusão. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico investigativo com identificação conceitual de estudiosos nos campos de educação inclusiva, transtorno do espectro autista, tecnologia social assistiva, fazeres na educação infantil e letramento. Ao longo do texto o letramento se apresenta como um recurso capaz de ampliar a comunicação e a autonomia de crianças com TEA, uma tecnologia social assistiva otimizadora na compreensão de práticas sociais uma vez que vai sendo apropriado, facilitando a compreensão e promovendo experiências que se estendem a compreensão da

linguagem e a sua funcionalidade comunicativa.

Abstract:

The present work presents the brief theoretical foundation of developing research that studies literacy as a tool for inclusion, equity and child protagonism, and can assume the role of social technology in the process of teaching and learning children with autistic spectrum disorder (ASD), considering the communicational challenges faced by this audience. Throughout the text, the literacy experienced in the performances and discoveries of early childhood education by the autistic child and his peers, proves to be a promising and transformative strategy in the promotion of communication, autonomy and inclusion. To this end, an investigative bibliographic survey was conducted with conceptual identification of scholars in the fields of inclusive education, autistic spectrum disorder, social assistive technology, make in early childhood education and literacy. Throughout the text, literacy presents itself as a resource capable of expanding the communication and autonomy of children with ASD, an optimizing social technology in understanding social practices since it is appropriate, facilitating understanding and promoting experiences that extend to understanding the language and its communicative functionality.

Palavras-chave: Autismo, letramento e tecnologia

Introdução:

A inclusão educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um dos maiores desafios contemporâneos da educação brasileira, sobretudo em territórios marcados por desigualdades sociais. A ampliação da prevalência de diagnósticos e o reconhecimento dos direitos educacionais desse público têm impulsionado debates acadêmicos, políticos e pedagógicos que buscam superar práticas historicamente excludentes.

O presente estudo articula a fundamentação teórica de uma pesquisa em desenvolvimento que se propõe a pensar no letramento como uma tecnologia social assistiva, vivenciada nos fazeres e descobertas da educação infantil pela criança autista e seus pares. Sendo assim, aprofundaremos nesse ensaio teórico articulações sobre inclusão, legislação, autismo, fazeres da educação infantil, letramento, comunicação alternativa e tecnologia social, que embasam o contexto investigativo.

A investigação teórica propõe-se a explorar de que modo o letramento pode contribuir para superar práticas historicamente excludentes e, ao mesmo tempo, criar oportunidades para o reconhecimento das formas singulares de expressão dessas crianças, emergindo como alternativa viável e sustentável de tecnologia social assistiva.

Metodologicamente, o estudo estrutura-se em três momentos: a exposição dos referenciais teóricos que fundamentam as análises; a problematização das potencialidades do letramento como tecnologia social assistiva nos contextos da Educação Infantil; e, por fim, as considerações e contribuições previstas da pesquisa em andamento para o campo da educação inclusiva.

Fundamentação teórica:

A inclusão na educação infantil de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido pauta recorrente em discussões sobre equidade e democratização do ensino. No Brasil, marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024) reafirmam o direito de todas as crianças à educação em ambientes escolares regulares. Contudo, há um hiato entre os preceitos legais e a realidade vivida por professores, gestores, famílias e, principalmente, pelas próprias crianças com autismo.

A criança autista que vive em regiões periféricas enfrenta uma dupla invisibilização, marcada pelos desafios inerentes ao transtorno que englobam barreiras na comunicação, interação e inflexibilidade cognitiva e, impactada pelos efeitos das desigualdades socioeconômicas que dificultam o acesso à saúde, educação e interação social. Nesse cenário, as Tecnologias Sociais (TS) assumem papel de destaque por se configurarem como práticas pedagógicas colaborativas, sustentáveis e contextualizadas socialmente. Segundo Dagnino, Brandão e Novaes (2004), tratam-se de “conjuntos de técnicas e metodologias desenvolvidas e/ou reaplicadas na interação com a

comunidade, que representam alternativas para a inclusão social e a melhoria das condições de vida” (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004, p. 15). Tais práticas buscam responder às demandas sociais específicas, promovendo transformações significativas no cotidiano das populações vulnerabilizadas, especialmente quando articuladas à educação e aos processos de letramento.

A educação inclusiva no Brasil constitui um campo em constante transformação, marcado por avanços legislativos, desafios estruturais e embates conceituais, representando um paradigma educacional fundamentado no direito de todos à aprendizagem, independente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou emocionais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, seguida da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), consolida o princípio da escola como espaço de acolhimento à diversidade.

O princípio básico da Educação Inclusiva enfatiza que os alunos, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem ser adaptadas para atender suas necessidades, pois estas se constituem como meio mais capazes de combater as atitudes discriminatórias. (UNESCO, 1994). De acordo com Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 27, a educação é assegurada, como um direito em todos os níveis de aprendizado e por toda a vida, garantindo um sistema educacional inclusivo, independente da deficiência (BRASIL, 2015).

Apesar dos inúmeros avanços teóricos e legais conquistados ao longo dos anos, a prática inclusiva ainda enfrenta muitos desafios, persistindo barreiras físicas, atitudinais, curriculares e formativas que dificultam o pleno desenvolvimento de estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) no cotidiano escolar.

Mittler (2003), afirma que a educação inclusiva não deve ser vista apenas como um movimento político ou legal, mas como uma mudança ética e cultural no modo como a escola compreende o sujeito e seu potencial de aprendizagem. Compreendendo a educação inclusiva como um processo que reestrutura a prática pedagógica das políticas educacionais de ensino vivenciadas pela escola, buscando responder às diversidades e peculiaridade dos alunos.

Os profissionais de educação já vivenciam na prática a inclusão de crianças autistas ao longo dos últimos anos, contudo o desafio de propor efetivamente práticas acessíveis e qualitativas, vem fazendo com que os envolvidos reavaliem suas metodologias e estratégias nas vivências de educação infantil. Sampaio e Sampaio (2009, p. 73), defendem que a inclusão “é um campo que se encontra marcado por imperativos que devem ser analisados sob várias perspectivas, pois sua proposta inovadora pressupõe um remanejamento e uma reestruturação radicais na dinâmica da escola”.

Os indicativos de matrículas de crianças diagnosticadas com TEA aumentam a cada dia, revelando uma realidade desafiadora sobre a inclusão efetiva de autistas na educação infantil. De acordo com os dados do Censo Escolar (2023) disponível pelo INEP (2024), as matrículas de crianças da educação especial aumentam a cada dia, chegando a mais de 1,7 milhão, onde os alunos diagnosticados com TEA representam 35,9% do todo.

O autismo é um transtorno do desenvolvimento de grande complexidade que engloba atrasos e comprometimentos que acometem desde a interação e linguagem até uma ampla variedade de sintomas emocionais, cognitivos, motores e sensoriais (Sella e Ribeiro, 2024, p. 21). Tendo o termo autismo sido utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra Ploller em 1906, ao caracterizar pacientes com sinais de esquizofrenia, mas foi Kanner em 1943 que identificou crianças com comportamentos semelhantes a estereotípias, alterações de linguagem, ecolalia, rigidez do significado de palavras e inversão pronominal (Silva, 2018).

Hans Asperger (1944), descreveu em sua tese de doutorado características semelhantes às descritas por Kanner, identificadas em quatro crianças e nomeando o termo autista para a descrição dos sintomas. Ambos os autores descrevem crianças com habilidades cognitivas irregulares, déficits de senso comum e de julgamento e habilidades notáveis no campo da memória e das habilidades visuais (Ribeiro e Sella, 2024, p. 21).

Na atualidade, o autismo passou a ser entendido como um transtorno do neurodesenvolvimento, diagnosticado em indivíduos que demonstram atrasos persistentes em seu nível de comunicação, interação social e padrões recorrentes de interesses e comportamentos

(Aires, 2023).

Décadas de pesquisa consideraram o autismo como uma condição única, porém recentemente essa visão cedeu lugar ao entendimento de que as crianças com autismo diferem tanto entre si, que é necessário tratar cada caso individualmente. De acordo com os autores Bernier, Dawson e Nigg (2021, p. 10), “... o autismo ocorre ao longo de um espectro, um conceito que, em geral, é aceito por pesquisadores e clínicos.”, que utilizam um sistema comum para diagnosticar saúde mental e transtornos do desenvolvimento chamado de “Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM)”.

O manual em questão guia o diagnóstico de uma série de condições que acometem o desenvolvimento e a saúde mental, tendo sido a sua quinta edição publicada pela American Psychiatric Association (APA) e disponibilizada em 2013. O DSM apresenta os critérios que devem ser considerados para tornar um diagnóstico válido e que fatores devem ser levados em consideração, dentre eles, os “... parâmetros para quais sintomas ou comportamentos devem estar presentes, por quanto tempo e quando tiveram início.” (Bernier, et al., 2021, p. 11), levando em consideração os prejuízos significativos no funcionamento social, vocacional ou educacional.

O autismo é um tema complexo e multifacetado, que envolve não apenas aspectos comportamentais, mas também neurológicos e sociais. A prevalência crescente nas últimas décadas e sua ampla gama de sintomas e níveis de gravidade, tem gerado uma mobilização significativa da comunidade científica na tentativa de compreendê-lo, realizar intervenções e otimizar o prognóstico do indivíduo.

O atraso de linguagem e o desenvolvimento da linguagem aquém do esperado é uma condição frequentemente associada ao autismo, observando-se déficit de linguagem que oscilam desde uma linguagem pouco prejudicada até mesmo uma linguagem falada inexistente. Em alguns casos é possível identificar ecolalias, palavras inventadas e uso de pronomes de inversão (Bernier, et al, 2021, p. 15)

A ampla diversidade ao longo do espectro autista, o reconhecimento de suas singularidades e a validação dos desafios para crianças autista e famílias, trazem o presente trabalho a pensar como a educação infantil pode contribuir no desenvolvimento da criança com TEA. Considerando dentre os fazeres da educação infantil que potencialidades poderiam ser utilizadas na otimização da evolução da comunicação dessa criança que frequentemente chega não verbal a este espaço.

Nesse contexto de experiências e intencionalidades, a educação infantil ganha força como o espaço onde a criança amplia seu universo de vivências, habilidades e conhecimento, multiplicando e estabelecendo novas aprendizagens. Defendendo uma concepção de criança como “[...] ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social [...]” (BNCC, 2017)

A educação infantil torna-se, portanto, um espaço de excelência na socialização das crianças pequenas, permitindo a interiorização de normas, valores e conhecimentos pela convivência com novos sujeitos de interação. A criança autista tem a possibilidade de vivenciar nesse segmento experiências fundamentais para a evolução das habilidades sociais.

Olmedo (2015, p. 17), destaca que uma das características frequentemente presente nos Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) são os prejuízos sociocomunicativos que impactam danos expressivos ao desenvolvimento da criança principalmente no que tange as relações e a comunicação, sendo uma barreira para o seu aprendizado, participação e inclusão escolar.

No âmbito dos fazeres da educação infantil, e considerando a necessidade de qualificar o atendimento à criança autista sob uma ótica cultural, multidisciplinar e dialógica, este estudo propõe o letramento como um elemento otimizador da comunicação. Defende-se que as práticas de letramento ampliam as possibilidades de interação do sujeito com o mundo, mediadas por experiências significativas envolvendo a apropriação e a manipulação da língua escrita.

Compreender a potência dos fazeres na Educação Infantil implica reconhecer as múltiplas possibilidades que emergem do cotidiano escolar para a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A rotina, quando organizada de forma sensível e intencional, favorece interações

significativas entre crianças, adultos e o espaço educativo, valorizando elementos como a expressão, o afeto, os jogos, as brincadeiras, as linguagens diversas, o movimento corporal, a fantasia, os projetos e os cuidados diários. Segundo Barbosa (2006, p. 14), essas experiências se desenvolvem em um “ambiente conjunto de relações culturais, sociais e familiares”, o que evidencia a importância de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e promovam a inclusão a partir da vida cotidiana e de vínculos intersubjetivos.

Ao refletir sobre a centralidade da criança nas práticas investigativas da Educação Infantil, é fundamental considerar que crianças autistas também se beneficiam das interações sociais e do sentimento de pertencimento nas vivências escolares. Contudo, tais crianças frequentemente demandam estratégias específicas, adaptações e recursos acessíveis que garantam uma inclusão efetiva e significativa.

Nesse cenário, superar os desafios da inclusão de crianças autistas nas práticas da Educação Infantil implica um compromisso coletivo pautado na equidade, na justiça social e no reconhecimento do outro como sujeito de direitos. As Tecnologias Sociais (TS) emergem como alternativas viáveis e sustentáveis que podem contribuir significativamente para a inclusão social e para a melhoria da qualidade de vida dessas crianças, ao promoverem soluções construídas de forma participativa e voltadas às especificidades dos sujeitos envolvidos

Ao pensar em práticas e vivências que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento amplo de crianças autistas, a pesquisa em questão levanta a hipótese do letramento ser um poderoso instrumento potencializador e facilitador da comunicação, ressignificando o letramento que historicamente não contemplava as particularidades cognitivas e comunicacionais das crianças autistas, o que resultava em práticas excludentes e limitadoras. Apurando novos olhares letrados e discutindo caminhos para um letramento mais inclusivo, que respeite a diversidade e assegure o direito de todos à participação plena nos processos de aprendizagem.

O termo letramento foi introduzido no Brasil por Magda Soares (2017), que o define como a condição de inserção nas práticas sociais de leitura e escrita. Kleiman (1995), reforça que o letramento se configura como um conjunto de práticas culturais, variáveis e contextuais, enquanto Street (2014) propõe a ideia de múltiplos letramentos, reconhecendo que diferentes comunidades desenvolvem modos singulares de lidar com textos e significados.

Na Educação Infantil, o letramento não se limita a exercícios de decodificação, mas se manifesta nas práticas cotidianas, como as rodas de leitura, as contações de histórias, os jogos simbólicos, os desenhos, as músicas, as brincadeiras de faz de conta e as interações sociais. Tfouni (2010) lembra que a criança desde cedo participa de situações letradas, mesmo antes da alfabetização formal, e essa vivência amplia seu repertório simbólico e comunicativo.

O debate em torno do conceito de letramento ampliou significativamente a compreensão sobre leitura e escrita, deslocando-as de um enfoque estritamente técnico para uma perspectiva social e cultural (Soares, 2017; Kleiman, 1995). Na Educação Infantil, esse conceito se concretiza nas práticas pedagógicas cotidianas que oportunizam o contato das crianças com múltiplas linguagens, promovendo experiências de participação, expressão e interação.

Desenvolvimento do tema:

Pensando na qualidade do atendimento para a criança autista nos fazeres da educação infantil, impregnado de cultura, multidisciplinaridade, diálogo e práticas reflexivas, o letramento se apresenta neste estudo como um otimizador da comunicação de crianças autistas, ampliando suas possibilidades de interação com o mundo através das experiências com a língua escrita e suas manipulações.

O letramento, enquanto prática social ligada ao uso da linguagem escrita em contextos diversos, tem sido um dos pilares das políticas e práticas educacionais. No entanto, ao longo da história, sua construção teórica e aplicação pedagógica foram moldadas sob uma perspectiva homogênea de aprendizagem, que não considera as especificidades de alunos neurodivergentes, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Quando se observa a aplicação prática do letramento nas escolas, percebe-se uma ausência

significativa de estratégias que considerem as especificidades das crianças com TEA. Muitas dessas crianças enfrentam barreiras relacionadas à linguagem verbal, compreensão de metáforas, abstrações, interação social e sensibilidade sensorial, aspectos comumente explorados nas atividades de letramento.

É imprescindível destacar que a comunicação da criança autista não deve ser reduzida a uma ausência ou a uma mera limitação. Pelo contrário, trata-se de um campo plural, em que diferentes formas de expressão, verbais, não verbais, gestuais, visuais e até mesmo comportamentais, podem constituir-se como modos legítimos de linguagem. Schwartzman (2011) aponta que crianças com TEA podem desenvolver formas singulares de linguagem e interação, desde que encontrem um ambiente pedagógico favorável, no qual suas formas de expressão sejam reconhecidas e valorizadas. Nesse sentido, a escola e os profissionais da educação desempenham papel essencial na mediação dessas experiências, oferecendo recursos e estratégias que permitam ampliar as possibilidades comunicativas.

O letramento, entendido como prática social, revela-se promissor nos processos de comunicação e inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil. Ao ser incorporado nas práticas pedagógicas cotidianas, torna-se um recurso de mediação simbólica que amplia a participação das crianças autistas, valoriza suas formas singulares de expressão e fortalece vínculos sociais.

Portanto, a comunicação, enquanto habilidade humana essencial, extrapola a mera troca de informações. Conforme defendido por Deliberato (2017), trata-se de uma competência que permite o compartilhamento de ideias, sentimentos e desejos, sendo condição fundamental para a inserção social. Assim, promover a comunicação por meio da CAA implica considerar múltiplas dimensões simbólicas, expressivas e afetivas do ser humano (Nunes; Schirmer, 2017).

Para sistematizar os registros e monitorar o desenvolvimento das crianças, foram selecionados como referenciais avaliativos o Inventário Portage Operacionalizado (IPO) para avaliação infantil, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e os princípios da Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Esses instrumentos fundamentaram a elaboração de um protocolo adaptado e simplificado, desenvolvido especificamente para a pesquisa, que será aplicado pela equipe pedagógica da unidade escolar com o objetivo de compreender de que modo as práticas de letramento impactam o desenvolvimento comunicativo das crianças autistas e em que medida podem configurar-se como estratégias de comunicação alternativa, favorecendo sua inclusão e participação nos contextos educativos.

A pesquisa em questão segue em andamento, submetida ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, repensando práticas letradas de crianças autistas. Deixando como legado análises criteriosas de práticas pedagógicas inclusivas pensadas para os fazeres letrados de crianças com TEA.

Considerações Finais:

A utilização do letramento como tecnologia assistiva revela-se uma estratégia promissora e transformadora na promoção da comunicação, da autonomia e da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente na educação infantil. Ao ampliar as formas de acesso à linguagem e ao conhecimento, o letramento adaptado possibilita que a criança autista se expresse, compreenda e interaja com o mundo ao seu redor, superando barreiras impostas pela limitação na linguagem oral.

A correlação entre tecnologia social, letramento e tecnologia assistiva abre um campo fecundo para pensar práticas educativas inclusivas na Educação Infantil, especialmente voltadas às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No caso da criança autista, a tecnologia social assistiva pode assumir formas simples e acessíveis, sem necessariamente depender de recursos digitais sofisticados. Materiais presentes no contexto familiar e escolar, como cartões ilustrados, objetos do cotidiano, letras móveis confeccionadas em papelão, cadernos de comunicação ou murais interativos, podem se constituir como dispositivos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), auxiliando a mediação simbólica e ampliando a autonomia da criança.

Integrado às práticas de letramento, o uso de tecnologias assistivas de baixo custo favorece a participação da criança autista nas interações sociais, ampliando suas formas de expressão por meio da linguagem escrita, de símbolos e de recursos visuais. A articulação entre letramento e tecnologia social acessível atende às necessidades comunicacionais da criança com TEA e fortalece a equidade, a justiça social e o protagonismo infantil, ao relacionar o cotidiano escolar às condições materiais e culturais das comunidades em que se insere.

Referências bibliográficas:

AIRES, Maria Gabriela Lopes Araujo Stone. **Práticas de compreensão de leitura em crianças com autismo: um estudo de revisão interativa**. 2023. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

<https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/20450/2/Disserta%0c3%0a7%0c3%0a3o%20-%20Maria%20Gabriela%20Lopes%20Araujo%20Stone%20Aires%20-%202023%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BERNIER, Raphael A.; DAWSON, Geraldine; NIGG, Joel T. **O que a ciência nos diz sobre o transtorno do espectro autista: fazendo as escolhas certas para seu filho**. Tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2023.pdf Acesso em: 20 ago. 2025

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008.

CONCEIÇÃO, Fábio Coelho da. **Inventário Portage Operacionalizado (IPO) para a avaliação infantil**: da entrevista ap PEI – Plano Educacional Individualizado – guia prático, Curitiba: Juruá, 2023.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio; NOVAES, Henrique. **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DELIBERATO, Débora.; ADURENS, Fernanda Delai Lucas; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. **Brincar e Contar Histórias com Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Mediação do Adulto**. Rev. Bras. Ed. Esp. Bauru-SP, v.27, jan./dez.2021.

KLEIMAN, Angela B. **Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLMEDO, Patrícia Blasquez. “**Sem comunicação, há inclusão? Formação de educadores em Comunicação Alternativa para crianças com autismo**”. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2003.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Transtornos do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sônia R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SELLA, Ana Carolina; RIBEIRO, Daniela Mendonça. **Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista**. Curitiba: Appris, 2024, 2.ed.

SILVA, Stefhanny Paulimneytrick Nascimento. **PROLECA: Programa de Leitura e Comunicação para crianças com autismo**. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/10778/1/Dissert_Stefhanny%20Paulimneytrick%20Nascimento%20Silva.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca** sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. 10 out. 2025.